



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Carmen Amado Mendes

Daniel Cardoso

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Projecto "Uma Análise da Fórmula "Um País, Dois Sistemas": O Papel de Macau nas Relações da China com a UE e os Países de Língua Portuguesa", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCOMP-01-0124-FEDER-009198).

carmen.mendes@fe.uc.pt

daniel.oliveira.cardoso@gmail.com

Palavras-chave: Macau, Fórum Macau, Lusofonia, Brasil, China

Tabela de Conteúdos:

Introdução

1. Lusofonia e o papel de Macau
2. Caracterização dos Actores: Evolução das políticas externas da China e do Brasil
 - A) Pragmatismo na política externa chinesa
 - B) Política externa brasileira: entre o alinhamento e a autonomia
3. Construção da Relação Bilateral

Conclusão

Referências bibliográficas



Introdução

A ideia de lusofonia, foi utilizada durante séculos por Portugal para obtenção de objectivos precisos estratégicos. O Estado Novo, por exemplo, apoderou-se do *lusotropicalismo* de Gilberto Freyre para justificar a missão civilizadora do colonialismo português (Freyre, 1958: 39-41 e 1961:13). Actualmente, a estratégia do Governo passa por reforçar a relação privilegiada com o espaço lusófono; manter uma estreita ligação às comunidades portuguesas e aos Estados que as acolhem; e defender e afirmar a língua e a cultura portuguesa, através da coordenação do ensino nos vários países das comunidades.¹ A projecção da língua portuguesa, resultante da tendência para o aumento progressivo do número de falantes, tem repercussões a todos os níveis. De facto, a língua tem outras dimensões para além do aspecto comunicacional, envolvendo relações e interesses sociais, culturais, económicos e políticos. A crescente importância da *política da língua* é visível através da instrumentalização da lusofonia e da sua multilateralização, na conhecida Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)² e no Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau), criado pelo Governo chinês em 2003.

Este fórum, para além da República Popular da China (RPC), inclui Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, e Timor-Leste; a São Tomé e Príncipe apenas foi atribuído o estatuto de observador, pelo facto de manter relações diplomáticas com Taiwan. Este pode ter sido, precisamente, um dos factores que levou a China a ir além do enquadramento institucional oferecido pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa, impedindo-a de aceitar um fórum China-CPLP. Além disso, a criação de um mecanismo por iniciativa chinesa e controlado por Pequim favoreceu, no nosso entender, um diálogo multilateral que ultrapassasse o da

¹ O Governo português tem procurado trabalhar em conjunto com as estruturas oficiais dos países que acolhem as comunidades portuguesas, nomeadamente através de acções de formação, encontros com a juventude e associações portuguesas, apoio da comunicação social portuguesa nas comunidades, e divulgação de casos de sucesso de portugueses residentes no estrangeiro, que começam a fazer parte da vida artística, intelectual, económica, política, empresarial e cultural dos países onde residem. Quanto mais portugueses das comunidades falarem português, maior é a projecção da língua no estrangeiro facilitando, por exemplo, a sua integração nos planos de estudo das escolas públicas estrangeiras. Ver Programa do XV Governo Constitucional.

² A CPLP, organização inter-governamental criada em 1996, tem como países membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, desde a sua independência, em 2002 (CPLP, s.d.).

CPLP. As autoridades chinesas decidiram que a Região Administrativa e Especial de Macau (RAEM) deveria, não só acolher as Conferências Ministeriais do Fórum mas também o seu Secretariado Permanente (Fórum Macau, s/d), daí a sua denominação.

Depois de aprofundar o papel atribuído à RAEM nesta estratégia de Pequim de aproximação aos PLP através da exploração de afinidades lusófonas, caracterizaremos a evolução das políticas externas da China e do Brasil e do relacionamento bilateral entre estes dois actores, de forma a reflectirmos sobre a real importância de Macau na aproximação chinesa a Brasília.

1. Lusofonia e o papel de Macau

Criado como um instrumento para aprofundar e alargar o relacionamento com os países lusófonos, o Fórum Macau evidencia que o espaço de oportunidades oferecido pela língua portuguesa é suficientemente forte para que o desenvolvimento de uma consciência de individualidade regional se alie à capacidade de projecção para o mundo exterior. A cultura, e principalmente a língua, são neste âmbito temas centrais da identidade: a língua actua como um transmissor da cultura, reflectindo, por isso mesmo, um “encontro de culturas” e, no caso português, “pontes naturais” que ligam Portugal aos outros países lusófonos. A língua portuguesa contribuiu, por tradição histórica, para a formulação de um sistema de trocas culturais, económicas, sociais e políticas à escala mundial, embora a capacidade de Lisboa para a difundir tenha sempre sido limitada, com falhas a nível do ensino, do apoio à cultura em geral e, mais recentemente, da *política da língua*.³ Isto não significa que o Estado português não aposte na lusofonia; mas essa aposta tem sido limitada e, no nosso entender, deficitária.

Macau é um bom exemplo para entender como as falhas acima referidas podem ter consequências irreversíveis. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao ensino, durante mais de quatro séculos de ocupação, Portugal não generalizou o uso do português em Macau; mesmo com a mudança de regime em 1974, o ensino da língua e cultura portuguesa não foi uma prioridade. Só a partir da assinatura da Declaração Conjunta para a transferência de administração para a parte chinesa (Declaração

³ Mário Soares e Lucas Pires citados em Maciel, 2004: 2-3.

Conjunta, 1987),⁴ é que se tornou visível um esforço acentuado de incrementação da política educativa: surgiram vários incentivos neste sentido e a Universidade de Macau começou a leccionar cursos em português.

Apenas durante o chamado período de transição entre a administração portuguesa e chinesa (1988-1999) é que Portugal garantiu a manutenção do português como língua oficial depois da transferência.⁵ Embora considerado um centro privilegiado para a difusão da língua e cultura portuguesa no Oriente⁶ (Soares, 1990: 406), Macau teve no ensino do português uma causa perdida, facto espelhado no reduzido número de chineses que domina a língua e na própria solução controversa encontrada para a continuidade da escola portuguesa.⁷ Pelo contrário, com a saída da administração portuguesa em 1999, a língua foi valorizada, não só pela comunidade Macaense, ansiosa por manter a autonomia do “segundo sistema”, mas também pela própria China, interessada no papel de mediação assumido por Macau na ligação com os PLP. A China

tem vindo a reforçar consistentemente os seus laços com o mundo Lusófono. A língua portuguesa é o testemunho mais significativo e antigo deixado por um povo europeu na China, ao longo da riquíssima e diversificada História do relacionamento multissecular Ocidente-Oriente. Foram cinco séculos de presença permanente de Portugal na China. (UCCLA, 2010: 25)

⁵ O estudo aprofundado do ensino da língua portuguesa em Macau foge dos objectivos propostos para este artigo. No entanto, deixam-se algumas pistas para recolha de informação sobre o tema, que se podem revelar úteis para o desenvolvimento de outras pesquisas. Em Lisboa: consulta do Arquivo Histórico Ultramarino – Direcção Geral do Ensino no Ultramar – para o período de 1912 a 1976 e dos capítulos sobre ensino do Anuário Estatístico de Macau, que cobre as décadas 1950-1980 – disponíveis na Sociedade de Geografia; entrevista a diplomatas e instituições envolvidas, nos últimos anos da administração portuguesa, no processo de tomada de decisão relativamente à questão da língua em Macau (por exemplo, a Fundação Oriente). Em Macau: uma investigação sobre o impacto do estudo do português deveria ter em conta as tendências dos estudantes chineses nas instituições de ensino superior; a análise do Relatório Anual sobre Educação, dos Anuários de Macau, jornais e estatísticas sobre educação; pesquisa na Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos de Macau e no Serviço de Educação e Cultura do Governo de Macau e em Organizações Não-Governamentais, como o Instituto Internacional de Macau, e o Instituto Português do Oriente (com ligações ao Estado português); entrevista a observadores privilegiados do ensino de língua portuguesa em Macau à época da administração portuguesa e da administração chinesa (por exemplo, coordenação do ensino superior de Macau e Directores da Universidade e da Escola Portuguesa).

⁷ A solução encontrada para a Escola Portuguesa foi tripartida entre o Instituto de Camões (detentor da maior fatia), Fundação Oriente e um grupo de empresas privadas. O facto do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) não tutelar o Instituto de Camões de forma independente, mas sim através da consulta e indicações do Ministério de Educação, que não está vocacionado para articular a questão da lusofonia e do ensino no estrangeiro, impede-o de adoptar uma estratégia mais presencial e de tomar decisões relativas à lusofonia. Não obstante, o MNE tem um órgão consultivo, o Conselho das Comunidades Portuguesas, que desenvolve esforços para introduzir o ensino da língua nas escolas dos países onde residem comunidades portuguesas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Em segundo lugar, a ausência de uma *política da língua* conduziu ao desinteresse de Lisboa em dar resposta ao apelo de Pequim para assumir o papel de ligação entre a República Popular da China e os países lusófonos, onde os interesses chineses são crescentes. Explorando o conceito de lusofonia e a falta de estratégia do Estado português, a RPC resolveu sediar essa plataforma em Macau, através do já referido Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Tal como a lusofonia, que é tanto mais abrangente quanto as vertentes que considera, este fórum é revestido de uma dimensão histórica, linguística, cultural e política, embora oficialmente na sua génese apenas seja referido o aspecto empresarial e económico. Sob tutela do Ministério do Comércio chinês e não, como seria de esperar, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o âmbito de acção do Fórum incide na área económica da diplomacia chinesa, mas tem um impacto claro na política externa em geral.

O papel de Macau na instrumentalização da lusofonia por parte do Governo Central chinês também passa pela organização de eventos como o Festival da Lusofonia e Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa, Jogos da Lusofonia e mostras de gastronomia lusófona:

Organizado pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e a Direcção dos Serviços de Turismo, o festival pretende dar a conhecer as culturas dos países e regiões de língua portuguesa e da China e homenagear as comunidades de expressão portuguesa local que ajudaram a construir Macau. Os organizadores pretendem ainda que o evento passe a integrar o calendário das grandes festividades da região e ajude a “revitalizar o modelo cultural próprio de Macau” (Hoje Lusofonia, 2010)

Esta referência ao modelo cultural de Macau evidencia que a China percepção a lusofonia como um meio para a construção identitária desta sua Região Administrativa Especial, que assume um perfil histórico-económico híbrido com uma dimensão local, nacional e internacional. A administração chinesa incorporou a imagem colonial de Macau anteriormente construída por Portugal como parte de um processo harmonioso e pacífico de retrocessão à mãe-pátria, incentivando o orgulho na herança colonial e fortalecendo uma identidade originalmente fraca em nome da

internacionalização do território (Lam, 2010: 656-657). O próprio Governo Central chinês estimula a memória lusófona, afastando os receios portugueses relativamente à preservação do património cultural do território, manifestados durante as negociações da Declaração Conjunta. Ao ser o único local da China com um sistema cultural e linguístico semelhante ao dos Países de Língua Portuguesa, Macau assumiu o papel de ligação ao mundo lusófono, no qual se inclui o Brasil. Nas próximas secções, verificar-se-á como esta ligação se enquadra nos objectivos definidos pelas políticas externas chinesa e brasileira.

2. Caracterização dos Actores: Evolução das políticas externas da China e do Brasil

A) Pragmatismo na política externa chinesa

Os últimos trinta anos têm sido para a RPC um período de assinalável crescimento económico. O país é a segunda maior economia mundial, tendo ultrapassado, em 2010, o Japão. Este fulgurante crescimento económico foi impulsionado, em grande medida, pelo programa de “reforma e abertura ao exterior” lançado por Deng Xiaoping em 1978.⁸ Este programa, sem precedentes na China, trouxe mudanças históricas na relação do país com o mundo. Este modelo apelidado por Deng em 1984, de “socialismo com características chinesas” (Deng, 1984), substituiu a “luta de classes” pelo crescimento económico como o lema fundamental da política e da economia da China.

No contexto de abertura ao exterior, as autoridades chinesas orientaram a política externa do seu país para a concretização de interesses nacionais. Segundo a generalidade da bibliografia, a criação de um Estado forte é o principal interesse nacional da China. Deste decorrem outros interesses como o crescimento económico, a estabilidade interna em termos políticos e sociais, a segurança nacional, a unificação territorial, a defesa da soberania, a edificação de uma ordem multipolar e a

⁸ Deng Xiaoping apresentou o programa de “reforma e abertura ao exterior” durante a 3ª Sessão Plenária do 11º Comité Central do Partido Comunista Chinês, realizada em Dezembro de 1978. Este programa assentou, essencialmente, na aposta nas exportações, no Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e na importação de conhecimento tecnológico externo. Esta estratégia diferiu da estratégia económica promovida por Mao até então, que se tinha baseado na autarcia económica e na auto-suficiência (Harvey, 2005: 120).

recuperação de um elevado estatuto internacional (MNE-RPC, 2003; Hu, 2008; Zhao, 2008; People's Daily, 2003; Zheng, 1999: 93-106).

O pragmatismo foi o enquadramento ideológico essencial das estratégias desenvolvidas para concretizar os interesses nacionais. Apesar de o pragmatismo ter sido adoptado por vários líderes da China ao longo da história, este foi sistematizado principalmente por Deng Xiaoping, que definiu a fórmula “procurar a verdade nos factos” (Deng, 1978)⁹ como a máxima do pragmatismo chinês.

A dimensão pragmática da política externa chinesa ganhou um impulso fundamental a partir do princípio dos anos 90 do século XX por força de três episódios políticos: Tiananmen, o final da Guerra Fria em 1989 e a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Este aprofundamento foi denominado por Pei de “pragmatismo assertivo” e por Medeiros e Fravel como a “nova diplomacia chinesa”. Esta nova abordagem pragmática, impulsionada por Deng, e adoptada pelos seus sucessores, Jiang Zemin e Hu Jintao, incorporava os seguintes objectivos: quebrar o isolamento do pós-Tiananmen; melhorar a imagem do Estado chinês; explorar o sistema comercial internacional de modo a aumentar os benefícios do comércio livre e concretizar os interesses económicos; reforçar a segurança nacional, contrabalançar a influência norte-americana no mundo e contribuir para a emergência de uma ordem multipolar (Pei, 2006: 8; Medeiros e Fravel, 2003).

A concretização destes objectivos baseou-se, segundo Goldstein, na adaptação à hierarquia de poderes, no aumento do poder relativo e na redução das ameaças (Goldstein, 2003: 135). O aumento do poder relativo fez-se através da modernização militar, do alargamento dos contactos diplomáticos, do aprofundamento da relação com os países do Sul e da progressiva participação nas Organizações Internacionais. As últimas três dimensões do aumento do poder relativo da China fazem parte da abrangente estratégia chinesa de *soft power*¹⁰, que pressupõe a capacidade de

⁹ O conceito de “procurar a verdade nos factos” foi lançado por Mao e estipulava a necessidade de combinar os ensinamentos teóricos com os factos práticos, procurando perceber as diferenças e compatibilidades entre as duas dimensões. Deng recupera o conceito em 1978 com o objectivo de relacionar marxismo com as condições específicas da China na altura: processo de crescimento económico e de abertura ao exterior (Deng, 1978).

¹⁰ O termo *soft power* foi lançado, originalmente, por Joseph Nye em 1990 no seu livro *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*.

influenciar a actuação de terceiros pela persuasão e não pela coerção, através de actividades que extravasam o domínio da segurança (Kurlantzick, 2006: 1).

Entre as estratégias de *soft power* adoptadas pelas autoridades chinesas, destaca-se o aprofundamento das relações com os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD). Esta crescente aproximação aos PVD africanos e latino-americanos deveu-se, sobretudo, ao desejo de Pequim em assegurar recursos energéticos e em encontrar novos mercados para escoar os seus produtos manufacturados. Para se aproximar destes países a China tem utilizado uma estratégia baseada, por um lado, na retórica da cooperação Sul-Sul, da defesa do multipolarismo e do direito internacional, nomeadamente o respeito pela soberania, igualdade formal entre todos os Estados e não ingerência nos assuntos internos; e, por outro lado, no aumento do IDE nestes países.

A criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa surge no quadro desta estratégia de *soft power*. O Fórum, não só corresponde à aposta chinesa no envolvimento institucional, como também revela a intenção de aproximar os Estados por factores culturais e não apenas económicos e securitários, como é habitual. Com efeito, a RPC potenciou, pragmaticamente, o papel de Macau como ponte de ligação aos PLP por ter com eles afinidades linguísticas, culturais e históricas dando à lusofonia, como já foi sugerido, uma dimensão instrumental na política externa chinesa. Ao analisarmos o caso particular da abordagem chinesa para o Brasil vemos que, para além do recurso a esta instrumentalização da lusofonia, a retórica oficial passa pelo enquadramento do relacionamento na cooperação Sul-Sul e na apologia de uma ordem mundial multipolar, que se reflecta numa nova composição dos órgãos decisórios das principais instituições internacionais.

Do ponto de vista pragmático, a aposta de Pequim no reforço da cooperação com Brasília insere-se nos objectivos fundamentais que definiu para a sua acção externa, nomeadamente o crescimento económico. O Brasil é o único país lusófono latino-americano. No entanto, devido ao seu estatuto de poder regional, fronteiras territoriais com quase toda a América do Sul e relações regionais e bilaterais dinâmicas com os países do Mercosul, Comunidade Andina de Nações e países da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), é um ponto focal para o acesso

diplomático e económico da China à América Latina. Vamos agora analisar a evolução da política externa brasileira para completar a contextualização da análise do relacionamento bilateral entre os dois actores.

B) Política externa brasileira: entre o alinhamento e a autonomia

A política externa brasileira desenvolveu-se segundo dois vectores dicotómicos: o alinhamento à potência hegemónica e a aposta numa estratégia de autonomia, com intuito de criar uma identidade política própria. Nenhum dos vectores influenciou isoladamente a definição da política externa brasileira: nunca o Brasil se alinou incondicionalmente à hegemonia nem se distanciou ao ponto da autonomia completa.

A questão do grau da autonomia política foi, desde a independência e durante toda a República, um eixo central do debate sobre política externa. Assim, a consolidação da aliança com os Estados Unidos da América (EUA) e a estratégia de “autonomia pela participação” – a manutenção da “margem de manobra” com a ampliação da interdependência económica – são marcas que remetem para as “escolas diplomáticas” de Rio Branco (1902-1912) e de Aranha (1938-1943). Por outro lado, a ideia de que se deve defender a soberania e os “interesses nacionais”, mesmo criando conflitos potenciais com os EUA, é clara na tradição da “política externa independente”, de San Tiago Dantas (1961-1963), reiterada por Azeredo da Silveira (Vigevani e Cepaluni, 2007: 276).

É nesta tradição dicotómica da política externa que os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva estruturaram a estratégia internacional do Brasil durante o final dos anos 90 do século XX e primeiros anos do século XXI. Ambos os governos se inseriram mais claramente no paradigma autonomista da política externa brasileira, apostando na promoção de uma imagem activa e de credibilidade do Estado brasileiro nas relações internacionais. Tanto FHC como Lula da Silva adoptaram uma concepção multilateral das Relações Internacionais. No entanto, enquanto FHC enfatizou uma ordem internacional baseada na cooperação e na possibilidade de uma governação global através das instituições (Cervo, 2001: 5), afastando-a das relações directas e bilaterais com outros Estados, e apostando numa liderança partilhada dentro das instituições, mas Lula da Silva defendeu o multilateralismo através da consolidação da soberania e da igualdade entre todos os

Estados, privilegiando relações com potências médias e com as economias emergentes (Almeida, 2004: 166).

Desta forma, as políticas externas de FHC e Lula não diferiram do debate tradicional, alinhamento vs. autonomia, no entanto, cada uma das políticas adequou-se às necessidades do cenário internacional e dos fenómenos da globalização. Assim, FHC enveredou pela ideia de autonomia pela participação nos regimes internacionais, enquanto Lula privilegiou a ideia de autonomia pela diversificação das relações externas, apostando na cooperação Sul-Sul (Saraiva, 2007: 45). Analisando as premissas gerais das políticas externas de FHC e Lula, observa-se que, apesar de diferentes, o seu propósito foi o mesmo: reinventar a participação brasileira no cenário internacional, de forma a aumentar a inserção do Estado e a sua influência internacional. Ambos corroboraram a tradição diplomática brasileira de construir a política externa tendo em mente o desenvolvimento e a autonomia (Vigevani e Cepaluni, 2007).

A aposta do Governo de Lula na diversificação das suas parcerias internacionais, num relativo distanciamento face à hegemonia norte-americana, na aposta no desenvolvimento nacional e na cooperação Sul-Sul gerou as condições de base para uma consolidação das relações sino-brasileiras a partir de 2004. Na sua procura por alternativas à dependência clássica face aos EUA, a China foi considerada um parceiro capaz de responder a vários objectivos de política externa do Brasil, como o desenvolvimento económico nacional e o apoio para alteração da composição dos órgãos de decisão das principais instituições internacionais (Pecequillo, 2008: 145). A próxima secção explora a parceria sino-brasileira, materializada a vários níveis: no trabalho em conjunto no âmbito do G-20¹¹ e dos BRIC¹², na intensificação das trocas comerciais e no aprofundamento do conhecimento mútuo.

3. Construção da Relação Bilateral

Nos últimos anos, os líderes chineses e brasileiros reforçaram substancialmente a sua parceria estratégica. Actualmente, o Brasil é o principal parceiro económico da China na América Latina e as suas relações comerciais desenvolveram-se ao ponto de,

¹¹ O G-20 é o grupo formado pelos Ministros das Finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo e a União Europeia.

¹² O conceito de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) foi cunhado pela Goldman Sachs em 2003.

em 2009, a China ter passado a ser o principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os EUA (Moore, 2009). Este facto representou uma mudança significativa nas relações económicas do Brasil, dado que os EUA tinham sido o seu principal parceiro comercial nos últimos 80 anos. Em 2010 assistiu-se ao reforço das relações sino-brasileiras: em Maio, foi assinado um Plano de Acção Conjunto que enquadra, até 2014, a cooperação bilateral em mais de treze áreas entre economia, cultura e ciência (MRE-Brasil, 2010); e, desde Dezembro, a China é o país que mais investe no Brasil. Durante todo o ano de 2010, Pequim investiu mais de 20 mil milhões de dólares em vários projectos de infra-estruturas: portos, indústria de automóveis, siderurgias, oleodutos e ferrovias (Straitstimes, 2010).

Os dois actores não intensificaram apenas as suas relações comerciais, tendo apostado também no reforço das ligações políticas, trabalhando em conjunto em vários *fora* e organizações internacionais: BRIC, BRICSA (BRIC e África do Sul), G77¹³ e Organização Mundial do Comércio (OMC). O interesse subjacente a este trabalho conjunto é, como foi referido anteriormente, reformar o sistema político e económico internacional, aspecto que tem sido abordado pelos líderes de ambos os países. Dilma Rousseff, recém-eleita presidente do Brasil, referiu que o seu país “iria continuar a advogar a reforma das instituições internacionais, particularmente a Organização das Nações Unidas (ONU) e o seu Conselho de Segurança” (Xinhua, 2010).

A reaproximação entre os dois países tornou-se mais intensa a partir de 2004, quando Hu Jintao, Presidente da RPC, realizou a sua primeira visita de Estado à América Latina. À visita de Hu seguiu-se a visita de Lula da Silva, Presidente brasileiro na altura, à China, no mesmo ano. Em 2004, os dois países lançaram a Comissão de Cooperação e Coordenação de Alto-nível Brasil-China, um mecanismo crucial de diálogo que ajudou ao incremento das relações económicas e políticas bilaterais. São três os factores que subjazem esta reaproximação entre Brasil e China a partir de 2004: complementaridade entre as suas economias; esfriamento das relações entre o Brasil e os EUA; partilha de objectivos internacionais.

Contudo, apesar da sua forte parceria comercial e de alguns interesses políticos em comum, o relacionamento bilateral é fragilizado pelas disputas sobre as taxas de

¹³ O G77 é a maior associação de Estados em desenvolvimento no seio da ONU.



câmbio, pela qualidade do comércio bilateral e do investimento chinês; pelas diferentes abordagens adoptadas em relação aos EUA; pela distância geográfica; e pelas várias diferenças culturais (Becard, 2006). Um dos problemas financeiros mais prementes para o Brasil é o elevado valor da sua moeda, o Real, que aumentou 1/3 do seu valor face ao dólar. Uma das razões para o elevado valor do Real é o baixo valor da moeda chinesa, o Yuan. Um Yuan fraco afecta os produtores em outros países, encorajando os bancos centrais a manter as taxas de juros baixas e canalizando mais capital para o Brasil. A elevada compra de moeda brasileira faz aumentar o seu valor.

A segunda questão problemática diz respeito à qualidade do comércio bilateral e ao investimento chinês. Muitos criticaram o tipo de comércio desenvolvido pelos dois países, apelidando-o de mercantilista ou neo-colonial (Bridges, 2009; Fonseca *apud* Pomfret, 2010). Até agora, a China tem importado do Brasil, principalmente, recursos naturais e produtos primários, enquanto as suas exportações se baseiam em produtos manufacturados (Pyne, 2010). A terceira questão é a competição comercial entre ambos na América Latina e em África. Desde 2004, o Brasil tem vindo a perder mercado para a China nestas regiões.¹⁴

Além dos factores económicos e comerciais, outros factores distanciam os dois países. Em primeiro lugar, a distância geográfica e a situação geopolítica. Rodeada por Estados com os quais mantém relações diplomáticas difíceis, como a Rússia, Índia, Japão e Filipinas, a China vê na estabilização da região um dos vectores essenciais da sua política externa. O Brasil beneficia de uma história de relacionamento mais pacífico com a sua vizinhança, não tendo registado nenhum conflito armado com os seus vizinhos desde a Guerra do Paraguai no século XIX. Em segundo lugar, a história e a cultura: a China é um império milenar, com uma cultura e uma língua que a distinguem do Ocidente; o Brasil é um Estado cuja política externa tradicionalmente se alicerçou na relação com o Ocidente – primeiro a Europa e depois os EUA. O enquadramento institucional oferecido pela única cidade lusófona chinesa é a resposta de Pequim no combate a esta distância natural, materializado no Fórum Macau.

¹⁴ Em 1990, 5,3 % do total de importações de países latino-americanos provinha do Brasil, enquanto apenas 0,7% eram provenientes da China. Em 2004, os valores alteraram-se completamente. Apesar de o Brasil ter aumentado a sua quota de mercado para 6,5%, a maior subida neste âmbito pertenceu à China que passou para os 7, 8% (Maciel, 2007).



Conclusão

A Região Administrativa Especial de Macau poderá assumir um papel crucial na criação de pontes sólidas nas relações sino-brasileiras. As bases do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa erguem-se a partir da lusofonia, razão que trouxe até Macau representantes de países de três continentes, africano, asiático e americano, ligados pela língua portuguesa. Este espaço lusófono chinês abriu, assim, portas para que esses representantes pudessem estabelecer contactos frequentes com os seus homólogos chineses, gerando-se um processo de socialização cultural em que a lusofonia interage com a cultura chinesa. Esta aproximação entre China e Países de Língua Portuguesa, através da criação de uma instituição cujo mote é a lusofonia, serve, acima de tudo, propósitos políticos chineses. O Fórum Macau é, em nosso entender, parte da estratégia de *soft power* de Pequim cujos objectivos foram já mencionados. Neste contexto, cabe aos Países de Língua Portuguesa definirem também estratégias que lhes permitam beneficiar ao máximo desta plataforma que os aproxima do gigante asiático.

Tendo adoptado o Brasil como estudo de caso, este artigo conclui que a perspectiva de Macau (e do Fórum Macau) contribuir para a intensificação das relações sino-brasileiras é promissora, mas ainda muito incipiente. Com efeito, o relacionamento bilateral é impulsionado principalmente pelos governos centrais de ambos os países e, embora haja relações entre municípios, províncias e estados federados, o papel do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa é ainda muito modesto. Existem poucas referências relativamente à importância da RAEM em documentos oficiais assinados pelos dois países e o Plano de Acção Conjunto apenas menciona o Fórum Macau uma vez. Esta referência é feita sob o tema "Economia e Finanças" e apenas incentiva ambas as partes a reforçar o diálogo no âmbito do Fórum. De acordo com este Plano, nenhuma relevância política ou cultural é atribuída à RAEM. Também não há referências a Macau nas declarações oficiais dos dois Presidentes durante as suas visitas de Estado. Além disso, na última Conferência Ministerial do Fórum Macau,

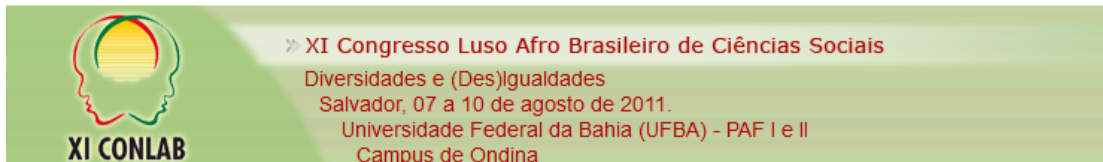
que teve lugar em 2010, o Brasil não se fez representar por uma das principais figuras do Estado, mas sim pelo sub-secretário de assuntos económicos (Pereira, 2010).

Face a este cenário, pode argumentar-se que a centralização da condução das relações bilaterais nos governos centrais se deve à relevância eminentemente política que ambos atribuem à sua parceria. Neste sentido, os líderes chineses e brasileiros não têm necessariamente que considerar Macau como a plataforma mais útil e adequada para o reforço das suas ligações. Pelo contrário, como o peso político das relações da RPC com os restantes Países de Língua Portuguesa não é tão forte, o Fórum Macau tem sido, até ao momento, um instrumento muito útil para a aproximação. Assim, há sinais de que a China tenha convidado o Brasil para fazer parte do Fórum apenas para garantir a lógica subjacente à sua criação e que este tenha aceite o convite para não ficar de fora, sem que nenhum dos dois actores percepcione a multilateralização da sua relação como uma real mais-valia. No entanto, com o alargamento progressivo da agenda de cooperação sino-brasileira e com a premência em superar os diferendos económicos e as distâncias culturais e geográficas, é bem possível que a RAEM, o Fórum Macau e a própria lusofonia assumam uma maior importância nas relações sino-brasileiras.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **“Uma Política Externa engajada: a diplomacia do governo Lula”**, Revista Brasileira de Política Internacional, 47(001), 2004, 162-184.

BECARD, Danielly. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. PhD dissertation, University of Brasília (UnB), 2004.



BRIDGES, Tyler. “China makes its move as US falls back in Latin America”, McClatchy Newspapers, <http://www.mcclatchydc.com/2009/07/08/71510/china-makes-its-move-as-us-falls.html> [página consultada a 5 de Março 2011], 2009.

CERVO, Luiz Amado. “A Venezuela e os seus vizinhos”, Revista Cena Internacional, 1, 2001, 5-24.

CPLP. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, disponível em <http://www.cplp.org/> [página consultada a 13 de Abril de 2011], s/d.

DECLARAÇÃO CONJUNTA. **Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau**. Pequim, 1987.

DENG, Xiaoping. “Building a Socialism with a Specifically Chinese Character”, in People’s Daily (ed.), Selected Works of Deng Xiaoping, volume 3. Pequim: People’s Daily Online, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Integração Portuguesa nos Trópicos**, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 6. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar, 1958.

FREYRE, Gilberto, **O Luso e o Trópico**. Lisboa: Ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte de Infante D. Henrique, 1961.

FÓRUM MACAU. **Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa**. “Apresentação”, disponível em www.forumchinaplp.org.mo/pt/aboutus.asp [página consultada a 16 de Janeiro de 2011], s/d.

GOLDSTEIN, Avery. “**Structural Realism and China’s Foreign Policy: Much (But Never All) of the Story**”, in Hanami, Andrew K. (ed.), *Perspectives on Structural Realism*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, 109-154.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HOJE LUSOFONIA. “**Festival da Lusofonia e Semana Cultural da China e da CPLP**”. 19 de Outubro. Disponível em <http://www.hojelusofonia.com/festival-da-lusofonia-e-semana-cultural-da-china-e-da-cplp/> [página consultada a 13 de Abril de 2011], 2010.

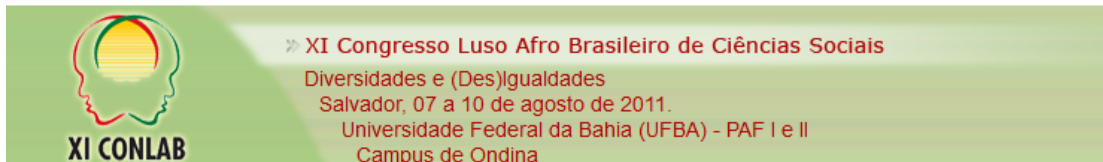
HU, Jintao. “**Speech at the Meeting Marking the 30th Anniversary of Reform and Opening Up**”, China Internet Information Center, disponível em http://www.china.org.cn/2009-03/19/content_17470996.htm [página consultada a 20 de Março de 2011], 2008.

KURLANTZICK, Joshua. “**China's Charm: Implications of Chinese Soft Power**”, Carnegie Endowment for International Peace – Policy Brief, 47, 2006.

LAM, Wai-man. “**Promoting Hybridity: The Politics of the New Macau Identity**”, *The China Quarterly*, 203, 2010, 656–674.

MACIEL, Carmen. “**Língua Portuguesa: diversidades literárias – o caso das literaturas africanas**”, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2004.

MACIEL, Rodrigo. “**The economic relationship between Brazil and China**”, in Arnson, Cynthia; Mohr, Mark; Roett, Riordan (eds), *Enter the Dragon? China’s Presence in Latin America*. Washington: SAIS, 2007.



MEDEIROS, Evan e FRAVEL, Taylor. “**China’s New Diplomacy**”, Foreign Affairs, 82 (6), 2003.

MNE-RPC. Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. “**China’s Independent Foreign Policy of Peace**”. Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/wjzc/t24881.htm> [página consultada a 13 de Abril de 2011], 2003.

MOORE, Malcolm. “**China overtakes the US as Brazil's largest trading partner**”, The Telegraph. Disponível em www.telegraph.co.uk/.../China-overtakes-the-US-as-Brazils-largest-trading-partner.htm [página consultada a 10 de Dezembro de 2010], 2009.

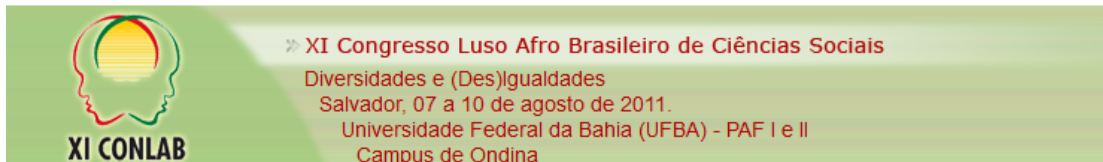
MRE-BRASIL. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. “**Plano de Ação Conjunto entre a República Federativa do Brasil e República Popular da China - 2010-2014**”. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da> [página consultada a 13 de Abril de 2011], 2010.

NYE, Joseph. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power**. New York: Basic Books, 1990.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. “**A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical**”, Revista Brasileira de Política Internacional, 51(2), 2008, 136-153.

PEI, Mixin. “**Assertive Pragmatism: China’s Economic Rise and its Impact on Chinese Foreign Policy**”, Proliferation Papers, 15, 2006.

PEOPLE’S DAILY. “**The Choice of China's Diplomatic Strategy**”, People’s Daily, 19 de Março,



http://english.peopledaily.com.cn/200303/19/eng20030319_113553.shtml [página consultada a 20 de Janeiro de 2011], 2003.

PEREIRA, Olga. “**Êxito do Fórum é consensual**”, Jornal Tribuna de Macau, Disponível em <http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=360903006> [página consultada a 21 de Fevereiro de 2011], 2010.

POMFRET, John. “**China invests heavily in Brazil, elsewhere in pursuit of political heft**”, Washington Post, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/07/25/AR2010072502979.html> [página consultada a 5 de Abril de 2011], 2010.

PYNE, Solana. “**China’s Brazilian shopping spree**”, Global Post, <http://www.globalpost.com/dispatch/brazil/101118/china-foreign-investment-trade> [página consultada em 5 de Abril de 2011], 2010.

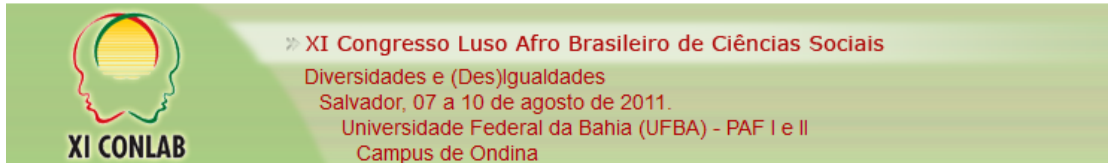
SARAIVA, Miriam Gomes. “**As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**”, Revista Brasileira Política Internacional, 50 (2), 42-59. 2007.

SOARES, Mário. **Intervenções 4**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.

STRAITSTIMES. “**China is Brazil’s top investor**”, Straitstimes, http://www.straitstimes.com/BreakingNews/Money/Story/STISStory_557910.html [página consultada a 10 de Março de 2011], 2010.

UCCLA, União das Cidades Capitais da Língua Portuguesa. **UCCLA: o Futuro, as cidades e lusofonia**. Lisboa: Imprensa Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, 2010.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. “**A política externa de Lula da Silva: a autonomia pela diversificação**”, Contexto Internacional, 29 (2), 2007, 273- 335.



XINHUA. **“Brazil to maintain Lula da Silva's foreign policy”**, <http://news.xinhuanet.com/english2010/world/2011-01/02/c_13673656.htm>, 2011.

ZHAO, Suisheng. **“Chinese Foreign Policy in Hu’s Second Term: Coping with Political Transition Abroad”**, E-notes – Foreign Policy Research Institute, disponível em <http://fpri.org/enotes/20080510.zhao.chineseforeignpolicyhu.html> [página consultada a 30 de Março de 2011], 2008.

ZHENG, Yongnian. **Discovering Chinese Nationalism in China: Modernization, Identity and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.